

Estatais vão contribuir para ajuste com R\$ 5,7 bilhões

As duas maiores atingidas são a Telebrás, com corte de R\$ 1 bilhão, e a Petrobras, que terá redução de R\$ 900 milhões

131

Rossana Alves

• BRASÍLIA. As empresas estatais vão contribuir com R\$ 5,7 bilhões para o esforço de ajuste do setor público no ano que vem. Para atingir esta meta, o Governo vai aumentar as tarifas públicas, como a energia elétrica, telefones e correios, e promover cortes nos investimentos e nas despesas de custeio das estatais. Pelas contas da equipe econômica, haverá uma redução de R\$ 2,1 bilhões nos projetos de investimento e de R\$ 900 milhões nos gastos administrativos destas empresas. O reajuste das tarifas, por sua vez, deverá gerar receita adicional de R\$ 1,8 bilhão. Além disso, novos setores serão incluídos no programa de desestatização, como o Instituto de Resseguros do Brasil e quatro rodovias federais.

Eletrobrás foi poupada porque setor vai ser privatizado

A proposta original do Governo era que as estatais investissem R\$ 14 bilhões em 1998. Agora, elas só poderão gastar R\$ 11,9 bilhões em novos projetos. O peso maior do ajuste recairá sobre a Telebrás e a Petrobras.

Segundo o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Martus Tavares, o corte na Telebrás será de R\$ 1 bilhão, enquanto na Petrobras a redução será de R\$ 900 milhões. Os R\$ 200 milhões restantes serão divididos entre os Correios e os portos brasileiros. A Eletrobrás foi poupada da tesoura da equipe econômica, porque as empresas do setor estão no meio de um processo de privatização.

— Não havia sentido em cortar investimentos na Eletrobrás porque isto reduziria o preço das empresas do setor — argumentou o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente.

Dirigentes de estatais poderão escolher como economizar

Os gastos com custeio e pessoal das estatais, que estavam estimados em R\$ 18 bilhões, terão de ser reduzidos em 5%. Só que, nesse caso, a equipe econômica não decidiu como será feito o corte. Cada dirigente de estatal terá liberdade para decidir quais as medidas a serem tomadas. Pode ser demissão de pessoal, corte de benefícios, redução de diárias e viagens, ou qualquer outra alternativa.

Só não poderá haver contratação de funcionários, pois já existe uma resolução do Comitê de Coordenação das Estatais (CCE) vedando esta possibilidade.

— A prática mostrou que, no caso de custeio, é melhor deixar que cada empresa escolha a melhor forma de fazer o corte e não



PARENTE: "Não havia sentido em cortar investimentos na Eletrobrás porque isto reduziria o preço das empresas"

impôr uma regra — justificou Martus Tavares.

O aumento das receitas das estatais em R\$ 1,8 bilhão virá basicamente do aumento das tarifas públicas. Segundo Pedro Parente, no orçamento original enviado ao Congresso Nacional, o Governo não levou em conta a arrecadação adicional gerada pela correção tarifária do ano que vem. Por isso, a receita global era de R\$ 72 bilhões. Agora, o total sobe para R\$ 73,8 bilhões. Com faturamento maior, o Governo calcula que as estatais vão recolher mais R\$ 600

milhões em impostos e R\$ 300 milhões em dividendos ao Tesouro Nacional.

Parente explicou que, com exceção dos combustíveis, que aumentam já na próxima segunda-feira, a correção das tarifas de telefones, energia elétrica e postal não ocorrerá imediatamente. Os reajustes serão feitos ao longo do ano que vem, respeitando o período mínimo de 12 meses entre um e outro aumento. Para aumentar as receitas, o Governo também conta com a venda de imóveis da União e privatização de

novas rodovias. Segundo o Ministério dos Transportes, somente a Rede Ferroviária Federal tem hoje cerca de 22 mil imóveis, que valem cerca de R\$ 4 bilhões. O problema é que o Governo tem dificuldade para administrar este grande acervo. A solução será encaminhar ao Conselho Nacional de Desestatização (CND) proposta para contratação de uma consultoria que vai preparar um modelo de venda ou locação dos imóveis. Além disso, serão concedidos ao setor privado a Rodovia Fernão dias (BR-381), o trecho

São Paulo-Curitiba da BR-116, o trecho Feira de Santana-Salvador da BR-116 e a rodovia entre Anápolis e Goiânia (BR-050).

Para atingir as metas de redução de despesas e aumento de receitas nas estatais, o Governo passará a controlar de forma mais estrita o fluxo de caixa e o limite de endividamento das empresas. Nos próximos dias, será baixada uma regra determinando metas de aplicação das sobras de caixa das estatais em títulos públicos federais junto ao Banco do Brasil, o chamado extramercado.

Ao mesmo tempo, será feita uma alteração na Resolução 2.008 do Conselho Monetário Nacional (CMN), de forma a reduzir o volume de empréstimos do setor público junto aos bancos. Segundo Martus Tavares, no caso das estatais, os tetos que já estavam decididos serão corrigidos em apenas 80% da variação da TR e serão eliminadas algumas exceções. Com isso, o Governo espera reduzir o nível de endividamento das empresas, o que ajuda a reduzir o déficit do setor público. ■